



## PROJETO DE LEI Nº

### DISPÕE SOBRE A REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES.

O Prefeito Municipal de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte;

#### **L E I:**

**Art. 1º** - Fica concedida aos servidores públicos e agentes políticos do poder Executivo Municipal a reposição das perdas salariais, no percentual de **4,26%** (quatro vírgula vinte e seis por cento), do IPCA oficial acumulado nos últimos doze meses do exercício de 2025, que incidirão sobre os vencimentos normais pagos no mês de dezembro de 2025.

**Parágrafo único:** a reposição da perda salarial prevista no *caput* deste artigo não incidirá sobre os salários dos agentes ambientais de saúde (agente de combate a endemias) e sobre os salários dos agentes comunitários de saúde.

**Art. 2º** - A reposição incidirá sobre os vencimentos a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2026.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Venda Nova do Imigrante/ES, 21 de janeiro de 2026.

**DALTON PERIM**

**Prefeito Municipal**



**DO: GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO  
IMIGRANTE**

**AOS: SENHORES VEREADORES E PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL**

**J U S T I F I C A T I V A**  
**PROJETO DE LEI Nº**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade conceder a **reposição das perdas salariais dos servidores públicos e agentes políticos municipais** do Município de Venda Nova do Imigrante, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal, mediante a aplicação do percentual de **4,26%** (quatro vírgula vinte e seis por cento), correspondente à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, apurada nos últimos doze meses.

A reposição da perda inflacionária constitui garantia constitucional assegurada aos servidores públicos e agentes políticos, possuindo natureza eminentemente reparatória, com a finalidade de recompor as perdas inflacionárias sofridas pela remuneração ao longo do período, não se confundindo com aumento real ou política de valorização remuneratória.

Ademais, a iniciativa de se conceder a revisão geral anual aos servidores públicos e agentes políticos se fundamenta em princípios de valorização do serviço público, equidade e justiça salarial.

Ressalta-se que a concessão da Revisão Geral Anual foi precedida de **análise técnica e estudo de impacto financeiro e orçamentário**, elaborados pelos setores competentes da Administração Municipal, em atendimento aos arts. 16, 17, 19, 20 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, restando demonstrado

que a medida **não compromete o equilíbrio das contas públicas** nem acarreta extrapolação dos limites legais de despesa com pessoal.

O Projeto foi concebido com responsabilidade fiscal e prudência orçamentária, encontrando-se compatível com as diretrizes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como em consonância com os limites e condicionantes impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por outro lado, há que se destacar que os salários dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias é de responsabilidade da União, que repassa os valores aos Município, os quais fazem os pagamentos aos referidos agentes. Inclusive, os salários dos agentes é corrigido pelo mesmo índice de reajuste do salário mínimo, sendo o último índice de aumento o percentual de 6,79%. Por tal razão, não fazem *jus* a revisão do presente projeto de lei.

A urgência na tramitação da matéria se justifica pelo fato de que a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores públicos e agentes políticos municipais possui efeitos financeiros retroativos a partir do dia 1º de janeiro do corrente exercício, sendo imprescindível a aprovação da presente proposição em tempo hábil, uma vez que o setor de Recursos Humanos depende da vigência da lei para a correta elaboração da folha de pagamento, evitando distorções, pagamentos complementares posteriores e retrabalho administrativo.

Diante da relevância da matéria e do claro interesse público envolvido, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, confiando na costumeira sensibilidade e espírito público dos Senhores Vereadores para sua aprovação.

Respeitosamente,

Venda Nova do Imigrante, 21 de janeiro de 2026.

**DALTON PERIM**  
Prefeito Municipal